MUNICÍPIO de
Terras de Bouro

Adesão/Cancelamento
Fatura Eletrónica

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Requerente					
Morada/Sede					
Código Postal		Freguesia		Concelho	
BI/C. Cidadão		Arquivo		Validade	
NIF/NIPC					
Telefone		Telemóvel			
Correio Eletrónico					

Representado por			
Com o NIF			
Na qualidade de (1)		Outro (2)	

(1) – O Próprio, Gerente, Administrador, Procurador, Sócio Gerente ou Outro (especificar (2)).

Vem requerer

☐ Adesão ao Envio da Fatura Eletrónica

☐ Cancelamento do Envio da Fatura Eletrónica

Identificação do(s) serviço(s) objeto do pedido:

* Separe por vírgula (,) quando houver mais de um contrato para o mesmo serviço.

Água Saneamento e RSU's * Indique [nº consumidor]	
Recolha de RSU's * Indique [nº consumidor]	
Serviços Educativos * Indique [NIF ou nº do aluno]	
Rendas * Indique [nº de inquilino]	

Adesão à Fatura Eletrónica

* Indique um email para o envio da fatura eletrónica.

Email	

Ao subscrever esta autorização, autoriza o Município de Terras de Bouro a deixar de enviar faturas em papel, passando a recebê-las exclusivamente por via eletrónica. Para esse efeito, será utilizado o endereço de e-mail indicado neste formulário.

O Município de Terras de Bouro poderá, a qualquer momento, suspender ou cessar o envio da fatura eletrónica, nomeadamente nos casos em que a sua entrega na caixa de correio eletrónico indicada pelo requerente se revele impossível. Nessa situação, a fatura será enviada em papel para a morada de faturação indicada no contrato.

MUNICÍPIO de
Terras de Bouro

Cancelar Envio de Fatura Eletrónica

*Indique uma morada ou deixe em branco para envio à morada do contrato.

Nome					
Morada					
Código Postal		Freguesia		Concelho	

Ao cancelar o envio da fatura eletrónica, o requerente passará a receber a fatura em papel na morada indicada no formulário. Caso não seja especificada uma morada ou a entrega na morada indicada não seja possível, a fatura será enviada para a morada de faturação constante no contrato.

Elementos a anexar ao pedido:

* Indique os documentos que anexa ao pedido.

Outras informações que considere relevantes *(Facultativo)*:

Pede deferimento, Terras de Bouro, O requerente, Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro	Reservado aos Serviços Registo n.º: _____ Data: ____/____/____ O Funcionário, _____

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.